



Ilhéus, a “Princesa do Sul” da Bahia: narrativas e memórias dos anos 1920 e 1930

Igor Campos Santos

Este artigo foi fruto do EDITAL Nº 01/2020 - Premiação Aldir Blanc Bahia
Prêmio FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, categoria MEMÓRIA

Apoio financeiro



SECRETARIA
DE CULTURA

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



Ficha catalográfica gerada pela equipe de Bibliotecárias da Gerência técnica – Getec.

S236i Santos, Igor Campos.
Ilhéus, a “Princesa do Sul” da Bahia: narrativas e memórias dos anos 1920 e 1930 / Igor Campos Santos. - 2021.
34 f.

Produto editorial produzido através da Lei Aldir Blanc Bahia, Prêmio Fundação Pedro Calmon - Categoria Memória, 2020.

1. História - Bahia - Ilhéus (BA). I. Artigo científico. II. Título.

CDD 981.42
20. Ed.

Ilhéus, a “Princesa do Sul” da Bahia: narrativas e memórias dos anos 1920 e 1930

Igor Campos Santos

(Mestrando em História, Cultura e Práticas sociais. Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus II. E-mail: campos1996@outlook.com)

1

A cidade de Ilhéus, situada no Sul da Bahia, foi e continua sendo alvo de narrativas baseadas na memória coletiva dos coronéis do cacau. Essa memória propiciou a criação de representações sociais que privilegiaram elementos como as belezas naturais e arquitetônicas da urbe, bem como a riqueza e progresso dos tempos áureos da lavoura cacaeira. Contudo, outros elementos, considerados antiestéticos e anacrônicos, juntamente com indivíduos classificados como subalternos e perigosos, tiveram suas memórias silenciadas e consequentemente sofreram um apagamento da história local por muito tempo. Este estudo busca contribuir no reavivamento dessas memórias silenciadas por intermédio da leitura a contrapelo da ficção de Jorge Amado referente à saga do cacau e da imprensa escrita local, que circulou no município entre os anos 1920 e 1930. Nesses periódicos encontramos notas sobre indivíduos subalternizados e os bairros onde essa população habitava, quase sempre escritas em tons pejorativos. Enquanto nas narrativas amadiana, a presença desses sujeitos e lugares assume um caráter de denúncia contra a exploração humana seu abandono social promovido pelo poder público. O projeto tem apoio financeiro do Estado da Bahia através da Secretaria de Cultura e da Fundação Pedro Calmon (Programa Aldir Blanc Bahia) via Lei Aldir Blanc, direcionada pela Secretaria Especial da Cultural do Ministério do Turismo, Governo Federal.

Palavras-chave: Ilhéus; narrativas, memórias, subalternizados.

Introdução

A Cidade de Ilhéus, situada no Sul da Bahia, tem uma longa história, que remonta aos tempos coloniais quando ainda era a Vila sede da Capitania de São Jorge dos Ilhéus. Desde o século XVI o território que originou o município vem sendo alvo de várias representações e, em fins do XIX, a partir das experiências vividas no processo de “conquista” das terras por um grupo de homens e mulheres que migraram para aquela zona em busca de explorar as riquezas proporcionadas pelo cacau, forjou-se uma Memória Coletiva a respeito da região e da cidade, que posteriormente tomou a forma de representações sociais.¹ Nesse processo, várias outras memórias foram silenciadas e passaram por apagamentos, não restando quase nenhum indício direto de suas existências.

Ainda consumimos hoje uma representação da cidade baseadas nas narrativas de Jorge Amado fundamentadas nas memórias dos coronéis do cacau. Em média, há 40 anos o município

¹ MAHONY, Mary A. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacaeira da Bahia. **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria** v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 737-793.

Apoio Financeiro:

vem sendo conhecido como a Terra de Jorge Amado e da Gabriela.² Neste artigo, trataremos das narrativas e memórias a respeito de Ilhéus, presentes na imprensa escrita local e na ficção amadiana, que influenciaram a produção de representações sociais sobre a cidade durante o século XX. Na sequência realizaremos uma leitura a contrapelo dos textos jornalísticos e literários, buscando encontrar neles “os ecos das vozes que emudeceram”.³

Em especial analisaremos as narrativas publicadas na imprensa escrita local nas décadas de 1920 e 1930⁴, e as produzidas por Jorge Amado em seus romances referentes à saga do cacau⁵. Nos periódicos é possível vermos divergências a respeito da qualidade da administração municipal. E os livros do romancista apresentam narrativas que além de tematizarem a Cidade de Ilhéus, fazem alusão à região cacauzeira, correspondendo a uma das “bahias” criadas por Amado.⁶

De acordo com Celeste Maria Pacheco de Andrade, a obra do escritor itabunense pode ser utilizada “como um discurso possível de entender a re-elaboração (sic.) de espaços e fronteiras da/na Bahia”⁷, permitindo pensar uma “geografia” imaginada e representada através de seus romances. Para a autora, Jorge Amado redesenha o mapa da Bahia “em espaços diferenciados (...) que ao mesmo tempo que separa, une”⁸ o estado.

Os recortes podem ser identificados, mais facilmente aqueles das “bahias” que se referem ao sul, correspondendo ao eixo Ilhéus-Itabuna, nas narrativas que compõe a saga do cacau (...). Outra “bahia” refere-se ao sertão (...) e, finalmente, o recorte espacial que o escritor contempla com a maior parte de sua produção, a cidade da Bahia (...).⁹

No nosso caso, o que nos interessa é a “Bahia do cacau” e um dos principais centros produtores de cacau do Brasil, a cidade de Ilhéus, que também é constantemente distanciada da capital Salvador nas narrativas jornalísticas.¹⁰

² Ver: GOLDSTEIN, Ilana S. **O Brasil Best-Seller de Jorge Amado**: Literatura e Identidade Nacional. São Paulo: Editora Senac, 2003, P. 97.

³ BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História. In.: **Obras Escolhidas** - Vol. 1. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. P. 223.

⁴ *O Commercio (1920-924); Correio de Ilhéus (1921-1930) e Diário da Tarde (1928-1938)*.

⁵ Especificamente os romances *Cacau* (1933), *Terras do Sem Fim* (1943), *São Jorge dos Ilhéus* (1944) e *Gabriela, cravo e canela* (1958).

⁶ Ver: ANDRADE, Celeste M. Pacheco de. Bahias de Amado: a ficção fundando uma outra geografia. In: FONSECA, Aleilton; PEREIRA, Rubens Alves (Orgs.). **Rotas & imagens**: literatura e outras viagens. Feira de Santana: UEFS, 2002.

⁷ Idem, P. 199.

⁸ Idem.

⁹ Idem. P. 199-200.

¹⁰ Os jornais locais também se referiam à capital do estado como cidade da Bahia, ou simplesmente Bahia, demarcando uma diferença entre Ilhéus e Salvador, ou até mesmo entre a região sul e o estado.

Para a realização dessa pesquisa contamos com o apoio financeiro do Estado da Bahia através da Secretaria de Cultura e da Fundação Pedro Calmon (Programa Aldir Blanc Bahia) via Lei Aldir Blanc, direcionada pela Secretaria Especial da Cultural do Ministério do Turismo, Governo Federal.

Algumas considerações sobre historiografia, literatura, memória e representações

Antes de adentrarmos no objetivo principal desse capítulo, é necessário elucidar alguns conceitos que permeiam essa pesquisa e os aparatos teóricos-metodológicos que utilizamos para fundamentá-la.

Tomamos como ponto de partida a tendência da Nova História Cultural, que proporcionou a abertura das pesquisas historiográficas a novos objetos, novos problemas e novas abordagens, aproximando o campo da história ao de outras disciplinas das ciências humanas, tomando emprestado alguns de seus métodos e ampliando o leque documental utilizados como fontes.¹¹ Os estudos da cultura, suas práticas e representações merecem destaque por colocar a subjetividade dos agentes históricos num lugar de maior relevância, se afastando do paradigma anterior em que a materialidade da vida determinava os pensamentos, sentidos e sentimentos dos homens e mulheres em determinado tempo.

Nesse sentido, compreendemos que a memória tem papel fundamental na construção de narrativas que nos permitem interpretar e representar a realidade.¹² Para Michael Pollak a memória social é um fenômeno construído social e individualmente, tanto por acontecimentos de escala individual como por aqueles que dizem respeito a um grupo ou à própria nação e também por pessoas, personagens e lugares que conhecemos direta ou indiretamente.¹³ A construção de uma memória social pressupõe disputas entre diferentes grupos sociais para a preservação da sua memória como a única possível, ocasionando o silenciamento e, conseqüentemente, o apagamento de outras memórias coletivas e individuais.¹⁴ Ou seja, devemos estar conscientes do caráter seletivo da memória ao pensarmos nas relações entre as narrativas formuladas sobre da Cidade de Ilhéus e a sua história oficial.¹⁵

¹¹ Ver: HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. Trad. Jefferson Luis Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1992; CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 2002.

¹² Ver: POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5. n. 10, 1992. P. 201.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

¹⁵ Por história oficial entendemos aquela financiada por instituições de pesquisas como a CEPLAC, consolidada por pesquisadores durante o século XX e ensinada nas escolas da cidade.

Apoio Financeiro:

Ao falar sobre a abordagem sociológica de linha durkheimiana, “que consiste em tratar fatos sociais como coisas”¹⁶, Pollak afirma que nela:

“[É] possível tomar diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais.”¹⁷

E continua dizendo que nessa tradição metodológica “a ênfase é dada à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade.”¹⁸ Para ele, Maurice Halbwachs,

longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de “comunidade afetiva”. Na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva.¹⁹

Além disso, o sociólogo austríaco conclui que “Em vários momentos, Maurice Halbwachs insinua não apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de “negociação” para conciliar memória coletiva e memórias individuais (...)”.²⁰

Sendo assim, buscamos diferenciar a memória social apreendida em Pollak, da memória coletiva, definida por Halbwachs como um fenômeno coletivo de rememoração que abriga um conjunto de lembranças em comum, vividas ou transmitidas pelos sujeitos que compõem um grupo e que acaba por constituir as memórias individuais dos seus integrantes, bem como visa se estender à coletividade social alcançando o nível nacional.²¹ Como elucidação da utilização dos conceitos, quando falarmos de memória coletiva estaremos nos referindo à memória de um grupo – os coronéis –, que alcançou a expressão de reconhecimento a nível regional, transformando-se em memória da zona do cacau e posteriormente em história.²² Em relação à memória social, a utilização do conceito será feita quando nos referirmos à memória de um grupo que se impôs aos demais, não sem antes passar por disputas.

¹⁶ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio... Op. Cit. P. 3

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

²¹ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 51-54.

²² Ver: MAHONY, Mary A. Um passado para justificar o presente... Op. Cit. P. 737-793; RIBEIRO, André L. R. **Urbanização, poder e práticas relativas à morte no sul da Bahia, 1880-1950**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

Entendemos que a memória dos coronéis do cacau foi, de forma geral, imposta aos habitantes da cidade, pois passou por processos de disputas com tantas outras e acabou vitoriosa, provocando o silenciamento e esquecimento das demais. É através do conceito de memória social que reconhecemos a existências de várias “outras memórias”, individuais e coletivas, pertencentes a diferentes grupos e indivíduos subalternizados.

Pierre Nora reflete sobre a necessidade da construção de lugares de memória, que possibilitem a preservação e cristalização do passado vivo através de objetos, monumentos, cerimônias, gestos. Essa necessidade da criação de lugares que nos faça lembrar do vivido se deve ao fato da massificação da informação no mundo atual, que impossibilita a existência dos “meios de memória”, sendo necessária a criação de arquivos, monumentos, cerimônias, entre outros pontos de referências, para o seu armazenamento.²³ Sendo assim, consideramos os jornais e os romances aqui tornados fontes como esses lugares que capturam a memória, a preservando e cristalizando, pois apresentam as dimensões materiais, funcionais e simbólicas.

Como supomos, a memória coletiva, que se impôs às demais e tornou-se memória social, motivou a formulação de narrativas que, por sua vez, criaram representações sociais para cidade.

Entendemos as representações como uma forma de percepção e composição da realidade social, determinadas por interesses de diferentes grupos que as fabricam e tentam impor aos demais. O sentido que adotamos para o conceito é o da “representação como dando a ver uma coisa ausente” ou a presentificação da ausência de um objeto através de uma imagem que assume o seu lugar e o reconstrói em memória, figurando tal qual ele é. A partir daí cria-se uma relação de compreensão entre o “signo visível e o referente por ele significado”, que podem ser próximas ou não, ou seja, o signo pode ser idêntico ou se diferir do referente. Do mesmo modo, ao longo do texto trataremos as representações como fenômenos sociais que ao mesmo tempo em que preserva determinadas ideias, ações, sentidos e concepções, corporificando e constituindo o mundo real, também sofre modificações, transformando a própria realidade.²⁴

Em suma, através das representações sociais

(...) chagamos a umas das metas mais buscadas nos domínios da História Cultural: Capturar a impressão da vida, a energia vital, a *anargheia*, presente no passado, na raiz da explicação dos seus atos e da sua forma de qualificar o mundo. E estes traços,

²³ NORA, Pierre. **Entre Memória e História:** a Problemática dos Lugares. Proj. História, São Paulo. (10), dez, 1993.

²⁴ Ver: CHARTIER, Roger. **A História Cultural...** Op. Cit. P. 20; MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais:** investigações em psicologia social. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

eles podem ser resgatados na narrativa literária [e na imprensa escrita], muito mais do que em outro tipo de documento.²⁵

Nesta perspectiva, temos em mente que a imprensa e a literatura são constituídas por narrativas que têm a capacidade de representar e moldar o próprio mundo material. A literatura pode ser compreendida como “uma recriação imaginária do real” e oferece “leituras possíveis de vida” através da configuração de “um tempo passado na compreensão narrativa”.²⁶ Além disso, tendo o “real” como referente, ela pode negá-lo ou confirmá-lo, “construindo sobre ele toda uma outra versão, ou ainda para ultrapassá-lo”²⁷ e por isso se constitui como uma fonte que guarda em si o “discurso privilegiado de acesso ao imaginário das diferentes épocas”.²⁸

Pesavento, partindo dos livros escritos por Capistrano de Abreu (*Capítulos da História Colonial*) e José de Alencar (*Iracema*), nos apresenta dois exemplos de como “textos históricos comportam recursos ficcionais e textos literários cercam-se de estratégias documentais de veracidade”²⁹ a fim de alcançarem uma verossimilhança nas suas versões do passado. Da mesma forma que a história se utiliza de recursos ficcionais, a literatura pode se apropriar de artifícios documentais para a construção de sua narrativa, sem com isso privar a liberdade criativa do autor. O que interessa ressaltar é que mesmo o texto ficcional contém uma verdade interna, e tudo que acontece na narrativa é tido como acontecimentos verdadeiros na obra literária.³⁰

Partimos da ideia que a historiografia é também uma narrativa que representa o passado e toma o seu lugar, substituindo o tempo vivido por um tempo figurado narrativamente.³¹ Em outras palavras, a história como escrita seria um “um romance real” ou uma “narrativa verídica”, na acepção de Paul Veyne³² e, neste caso, os historiadores são os narradores dos fatos que aconteceram, enquanto os homens e mulheres de determinado contexto narrado são os personagens da trama tecida através do auxílio dos vestígios do tempo passado que chegaram até o presente da escrita.³³ Sendo uma narrativa que interpreta e representa o passado, a história,

²⁵ PESAVENTO, Sandra J. História & Literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria B.; MACHADO, Maria C. T. (Org.). **História e Literatura: identidade de fronteiras**. Uberlândia: EDUFU. 2006. P. 23.

²⁶ LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra J. (Org.) **Discurso Histórico e Narrativa Literária**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 1998, p. 13-14.

²⁷ PESAVENTO, Sandra J. História &... Op. Cit. P. 14.

²⁸ Idem.

²⁹ PESAVENTO, Sandra J. Fronteiras da Ficção: Diálogos da História com a Literatura. **Revista História das Ideias**. Vol. 21. Faculdade de Letras, Coimbra. 2000. P. 56.

³⁰ Idem.

³¹ Ver: RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** (tomo I). Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1994.

³² VEYNE, Paul M. **Como se Escreve a História – Foucault Revolucionou a História**. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Ed. 4. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

³³ Idem.

que também guarda em si alguns graus de ficcionalidade, não tem a intenção e nem poderia fazer “reviver” o vivido, pois existem defasagens que separa a realidade vivida da reflexão narrativa.

Compreendemos as narrativas como configurações textuais que abarcam uma estruturação em três atos (começo, meio e fim), uma intriga (que liga suas partes em uma sequência necessária, fazendo concordar os discordantes e possibilitando uma compreensão por meio do próprio texto), personagens (que protagonizam a trama) e acontecimentos (que demarcam as mudanças de sorte dos personagens).³⁴ Dessa maneira, a História e a Literatura guardam uma relação de proximidade por diversas semelhanças na configuração narrativa que assumem: são interpretações da realidade que a representam, buscam em algum grau a verossimilhança com o vivido como garantia de sua aceitação pelo leitor, apresentam uma ordem narrativa (intriga) que relaciona os acontecimentos e os personagens que dela fazem parte, nos permitindo compreender o mundo.³⁵

Flavio Loureiro Chaves afirma que o cruzamento entre História e a Literatura faz com que a “ficção imaginária ilumine a realidade insatisfatória que lhe deu origem”.³⁶ Para ele, a historicidade é um elemento inerente à estrutura textual de qualquer gênero literário, sendo assim os romances podem ser históricos tanto por se referirem diretamente à História como por nos permitirem visualizar elementos cotidianos do seu tempo de escrita contidos na própria narrativa. Além disso, os literatos têm suas próprias visões históricas que transpõem em seus textos.³⁷

Memória, narrativas e representações da Cidade de Ilhéus

De acordo com Mary Ann Mahony³⁸, a produção intelectual referente à região cacauieira, até fins dos anos 1990, baseou-se em uma “tradição narrativa”³⁹ que priorizou as ações dos homens e mulheres que migraram para Ilhéus e enriqueceram às custas da exploração da lavoura

³⁴ Paul Ricoeur expandiu as exigências da estrutura dramática da tragédia, presente na Poética de Aristóteles, a fim de fazê-la suportar todos os gêneros ficcionais (especialmente o romance) e os não ficcionais (a própria história). Ele ainda reconhece os graus de ficcionalidade da escrita histórica, mas prefere resguardar as diferenças entre os dois gêneros (história e romance) como ficcional e não ficcional, diferenciando-os pela questão da verdade do acontecido. RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa...** Op. Cit. P. 133-293.

³⁵ Idem.

³⁶ CHAVES, Flávio L. **História e Literatura**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1998. P. 9.

³⁷ Idem. P. 19-23.

³⁸ MAHONY, Mary A. Um passado para justificar o presente... Op. Cit. P. 739.

³⁹ O termo “tradição narrativa” é utilizado pela historiadora em seu texto e vamos nos referir a ele colocando-o entre aspas.

Apoio Financeiro:

cacaueira. Esta narrativa, baseada na memória coletiva dos coronéis do cacau, era fundamentada na ideia de que estes sujeitos conquistaram suas fortunas através do esforço do próprio trabalho e foram os responsáveis pelo estabelecimento da riqueza e do progresso das cidades da zona cacaueira.

Ainda conforme Mahony, esta “tradição [narrativa] virou mito quando começou a superdimensionar o papel histórico deste grupo em detrimento do papel de outros grupos (...)”⁴⁰ e foi repetida tantas vezes, em diferentes configurações textuais, que acabou se tornando memória social e finalmente a história da região.⁴¹ Ou seja, a partir da memória coletiva dos “novos-ricos”⁴² construiu-se narrativas que passaram a representar a região cacaueira e a Cidade de Ilhéus como a “Princesa do Sul”, terra de prosperidade, progresso e modernidade; posteriormente essa memória tornou-se social e firmou-se como história da cidade, silenciando e apagando, nesse processo, outras memórias subalternizadas.

O historiador Philippe Murillo de Carvalho afirma que a literatura e a memória corroboraram com a narrativa de progresso e prosperidade de Ilhéus, “porque reafirmam um passado de glória e de mérito sobre a região”.⁴³ Para ele, o meio acadêmico, com notáveis contribuições do meio literário, “referendou a tese do poder absoluto dos coronéis”⁴⁴ e “deram pouca ou nenhuma visibilidade à atuação dos de baixo nas franjas das oligarquias de Ilhéus e de Itabuna até 1930.”⁴⁵ Além disso, Carvalho ainda faz uma análise do processo de modificações urbanas realizado em Ilhéus neste período e suas consequências para a população subalternizada que habitava os subúrbios e retiravam o seu sustento dos trabalhos nas ruas da cidade.

André Ribeiro também reconhece o papel da “tradição narrativa” na construção de uma imagem relacionada às ideias de progresso e modernidade para Ilhéus a partir da implementação de uma série de melhoramentos urbanos.⁴⁶ Ribeiro afirma que através das reformas urbanas efetuadas pelos coronéis “novos-ricos” em Ilhéus, empreendeu-se um distanciamento entre

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem. O conceito de memória coletiva, tal como postulado por Halbwachs, será discutido mais afrente e diferenciado do conceito de memória social de Pollak.

⁴² A historiadora denominou o grupo de sujeitos que migraram para Ilhéus e que enriqueceram por meio da lavoura cacaueira de “novos-ricos”, diferenciando-os da velha aristocracia da terra com quem rivalizavam politicamente. Ver: MAHONY, Mary A. Um passado para justificar o presente... Op. Cit.; RIBEIRO, André L. R. **Urbanização, poder e práticas...** Op. Cit.; RIBEIRO, André L. R. **Família, Poder e Mito** o município de S. Jorge dos Ilhéus (1880-1912). Ilhéus, BA: Editus, 2001.

⁴³ CARVALHO, Philippe Murillo S. de. **Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia** (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934). Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015, P. 35.

⁴⁴ Idem. P. 17.

⁴⁵ Idem. P. 168.

⁴⁶ RIBEIRO, André L. R. **Urbanização, poder...** Op. Cit. P. 79.

Apoio Financeiro:

aquele momento e o passado da Cidade, buscando diferenciar a nova administração municipal do governo anterior e valorizar o presente próspero e moderno em comparação com o passado “antiquado e decadente”.⁴⁷ Desse modo, a “tradição narrativa” passou a dar “ênfase à nova fisionomia urbana que se delineou com a abertura de novas ruas, o alargamento das antigas, as melhorias do porto”⁴⁸, eliminando deliberadamente dos textos “qualquer vestígio do tempo anterior ao cacau, a Ilhéus colonial e barroca [que] não se encaixava nas novas formas do viver moderno e progressista imaginado pelos homens do cacau.”⁴⁹

O escritor Jorge Amado compôs seus romances do “ciclo do cacau”⁵⁰ com base em suas vivências e memórias de infância que construiu quando viveu em Ilhéus, entre os dois e os 11 anos de idade (1914-1923), até se mudar para um colégio interno em Salvador. A memória de seus pais e dos adultos que o rodeavam, transmitida oralmente, também contribuiu com a formação do imaginário do romancista a respeito do passado da região e das lutas pela conquista das terras para o plantio do cacau.⁵¹

Jorge Amado, nascido em Itabuna e criado em Ilhéus, sendo filho de migrantes que participaram do processo de lutas pelas terras do cacau e se radicaram naquela zona, constituindo riquezas provenientes da lavoura do “fruto de ouro” e perdendo quase toda sua fortuna por causa da destruição de suas fazendas; compartilha da memória coletiva do grupo ao qual pertence.⁵² Contudo, o escritor também nos apresenta uma visão dos problemas sociais presentes na cidade, possibilitando o acesso às possíveis outras memórias que foram silenciadas e apagadas da história local.

Partindo para a imprensa escrita, da mesma forma que Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto, reconhecemos os jornais “enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição dos nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica.”⁵³ E é neste sentido que percebemos as fundações de representações a respeito da Cidade, a partir da memória Coletiva, suas disputas

⁴⁷ É necessário destacar que essa diferenciação entre passado e presente e a qualificação negativa dada ao passado colonial de Ilhéus, em relação à sua prosperidade causada pela agricultura cacauceira, foi produzida pela “tradição narrativa” amparada na memória desses coronéis considerados “desbravadores” da mata atlântica.

⁴⁸ RIBEIRO, André L. R. **Urbanização, poder...** Op. Cit. P. 90.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Entre eles estão *Cacau (1933)*, *Terras do Sem-Fim (1943)*, *São Jorge dos Ilhéus (1944)*, *Gabriela, Cravo e Canela (1958)* e *Tocaia Grande (1983)*. Ver: GOLDSTEIN, Ilana S. **O Brasil Best-Seller...** Op. Cit. P. 154-155.

⁵¹ RIBEIRO, André L. R. **Urbanização, poder...** Op. Cit. P. 121-123.

⁵² Ver depoimento do próprio romancista sobre sua vivência na cidade em: RAILLARD, Alice. **Conversando com Jorge Amado**. Rio de Janeiro: Record, 1990. P. 187-200.; AMADO, Jorge. **O menino grapiúna**. Ilustrações de Floriano Teixeira. 22ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

⁵³ CRUZ, Heloisa de F.; PEIXOTO, Maria do R. da C. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007. P. 257.

e o seu potencial criador e modificador da realidade através das narrativas jornalísticas e ficcionais.

O periódico *O Comércio*, que pertencia ao Cel. Misael Tavares – banqueiro, fazendeiro e grande produtor de cacau –, seguiu a tendência de seu proprietário e a partir de 1919 tornou-se órgão de imprensa opositora à oligarquia, sob o comando do Cel. Antônio Pessoa, que governava o município.⁵⁴ Para esse jornal a Cidade de Ilhéus tinha amplas potencialidades econômicas, mas sofria com uma administração incompetente e irresponsável, pois, ainda na visão dos seus redatores, a cidade vivia sob péssimas condições sanitárias, em uma situação de violência e arbitrariedades constantes promovidas pelos inspetores e guardas municipais. Além disso, os munícipes sofriam com os terríveis impostos sem o devido retorno na qualidade dos serviços públicos. Podemos observar essa imagem que se fez sobre Ilhéus na publicação do dia 24 de março de 1922, intitulada “O descaso dos poderes públicos: um exemplo frisante”⁵⁵:

O fim exclusivo, único dos poderes públicos em nossa zona, tem sido, até então, explorar a fortuna dos munícipes, sobrecarrega-los de impostos, taxas, quotas, tarifas, obrigações, levando do povo, anualmente, centenas e milhares de contos e distribuindo este dinheiro fabuloso em orgias administrativas e politicagens, não nos trazendo os melhoramentos que mui razoavelmente fazemos jus pelos nossos serviços, e sobretudo pela nossa volumosa contribuição monetária. Ao contrário de beneficiamento, recebemos os aumentos dos dízimos onerando sempre a mais a produção agrícola, taxando num crescendo as mercadorias de importação para o consumo interno.

Na mesma edição, podemos ler uma reclamação em relação ao serviço sanitário da cidade, afirmando que o intendente Eustáquio Bastos

Deixa que se liquide, por mãos criminosas, a rede de esgotos, furada em vários pontos, entupida em muitos outros, e, no jornal da intendência, manda que se lhe entoe hosanas como o salvador dos créditos do município, como o *primus inter pares* dos administradores que Ilhéus tem tido.⁵⁶

Em seu concorrente *Correio de Ilhéus*, órgão oficial do Município e do Partido Republicano Democrata chefiado pelo Cel. Antônio Pessoa que também era proprietário do periódico, a cidade de Ilhéus é descrita como a mais próspera da Bahia, síntese do progresso e da modernidade, comparável apenas à Salvador. Podemos ver a exaltação de sua prosperidade na edição do dia 14 de fevereiro de 1925, quando o jornal informa que Ilhéus está entre “Os municípios mais prósperos do Estado”⁵⁷:

⁵⁴ Ver: CARVALHO, Philippe Murillo S. de. **Trabalhadores, associativismo...** Op. Cit. P. 98.

⁵⁵ CEDOC/UESC. **O Commercio**. 24/03/1922, ano V, n. 1134. P. 1.

⁵⁶ Idem. P. 2.

⁵⁷ CEDOC/UESC. **Correio de Ilhéus**. 14/02/1925, ano V, n. 558. P. 2.

Da “Revista dos Municípios”, que se edita na Capital, extraímos os seguintes dados de referência aos municípios que enviaram ao Tribunal de Contas, as leis de orçamento que estão vigorando no exercício de 1925 corrente, dos quais mencionaremos os mais importantes, pela ordem de valor dos mesmos.

ILHÉUS	610:000\$000
Santo Amaro	486:920\$000 (...).

Três meses depois foi publicada uma coluna intitulada “A cidade de Ilhéus”, assinada por um visitante chamado Benedicto Profeta com diversos elogios à cidade, evidenciando suas belezas naturais e a sua riqueza material:

Sobre uma peanha de esmeralda, olhando na curva defronte o mimoso presépio do “Pontal”, e do outro lado, através do morro do *Unhão*, o oceano imenso que se perde na curva azulada do horizonte sem fim, a decantada e formosa *Princesa do Sul*, a vetusta colônia de Jorge de Figueiredo Correia (...).

Uma outra cidade da Bahia que se lhe assemelhe na faina de transformação, não a conheço, sob todos os pontos de vista, quer no sentido de melhorar a beleza artística das construções, quer na ânsia de produzir o devido conforto para a sua população, que é reconhecidamente civilizada e trabalhadora.

Como é admirável a sua beleza natural!

Pesar de parecer, de longe, apertada entre terrenos elevados, ninguém ali se sente oprimido. (...)

As praças se arborizam e se alargam em jardins que começam a imprimir-lhe a feição de beleza que distingue as grandes *urbs* modernas.⁵⁸

O texto continua falando sobre os principais prédios e praças da cidade, os “grandes melhoramentos” promovidos em sua infraestrutura e conclui elogiando a gestão municipal do Intendente Mario Pessoa, filho do Cel. Antônio Pessoa.

Como dissemos, a coluna é assinada por uma pessoa que se dizia visitante da cidade, por isso justifica que é “insuspeito nestas observações que impressionam e exaltam até os mais indiferentes”.⁵⁹ É certo que Ilhéus neste período recebia inúmeros visitantes; alguns deixavam suas impressões sobre a urbe publicadas em jornais, seja nos da Capital ou no do próprio município. Porém, não temos mais notícias sobre esse Benedicto Profeta e sua passagem pela “Princesa do Sul”⁶⁰, podendo ser um artigo claramente escrito sob um pseudônimo assumido por um dos redatores do jornal com a finalidade de propagandear a gestão municipal e seus feitos, combatendo as publicações contrárias do *O Commercio*. Esta impressão se fortalece quando percebemos o nível de detalhe a respeito da história de Ilhéus, seus prédios públicos, praças e melhoramentos recentes apresentado no texto, assim como a familiaridade com que se

⁵⁸ Idem. 14/05/1925, ano V, n. 594. P. 1. (Grifo do autor).

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Sabemos que entre os anos de 1922 e 1924, um missionário batista, sertanista e antropólogo, nascido em Alagoas-BA, chamado Benedito Odilon Profeta, visitou os sertões da Bahia, Goiás e Paraná para conhecer tribos indígenas e alfabetizá-los. Ver: PEOPLE PILL. **Benedito Odilon Profeta**. Disponível em: <https://peoplepill.com/people/benedito-odilon-profeta/>. Acesso em 20 set. 2020.

refere ao intendente, pois apenas um habitante de Ilhéus e correligionário do Partido Republicano Democrata (PRD) exaltaria esses elementos.

Em 1928 foi criado outro periódico, comandado pelo grupo político rival ao da situação, que também fazia oposição ao *Correio de Ilhéus*. O *Diário da Tarde*, foi fundado por Francisco Dórea, Eusínio Lavigne e Carlos Monteiro, dirigido pelos dois primeiros. Eusínio Lavigne, redator chefe do jornal, era também advogado, cacauicultor, líder político da oposição e escritor, tornando-se o primeiro prefeito de Ilhéus após a “Revolução de 1930”.⁶¹ Em seus três primeiros anos o *Diário* se dedicou a contradizer as notícias e a representação de cidade como síntese do progresso e modernidade criada pelo seu adversário. Criticava constantemente a gestão do intendente Durval Olivieri – também pertencente ao PRD – além de denunciar as mazelas sociais pelas quais passavam a “Princesa do Sul”.⁶²

Com a mudança de governo promovida pela “Revolução de 30”, o *Correio de Ilhéus* foi colocado na ilegalidade e fechado, o intendente destituído do cargo e Eusínio Lavigne indicado pelo interventor para assumir a administração da cidade. A partir desse ano o *Diário da Tarde* se tornou o órgão oficial do município que inicialmente reclamava da “herança” deixada pela gestão passada. Posteriormente passou a valorizar os feitos do prefeito⁶³ e começou a representar Ilhéus de forma mais cortês, como vemos na publicação em comemoração aos 55 anos da cidade:

Hoje, transcorridos os anos depois que Ilhéus conquistou foros de cidadania, verifica-se em nossa terra o maior surto de desenvolvimento social e econômico que se registra em todo o estado (...).

A metrópole do cacau que é, por assim dizer, a capital econômica da Bahia, atinge a cada ano um grau mais avançado de progresso geral, despertando energias novas para esta luta pacífica de fomento de todas as atividades produtoras, assinalando, no concerto das unidades municipais do interior do nosso estado, um lugar do maior relevo, positivamente invejável pela expressão grandiosa dos seus resultados morais, sociais e econômicos. (...).⁶⁴

Esses jornais tiveram papéis fundamentais na formação de uma memória social, e sua consolidação na historiografia, a respeito da Cidade de Ilhéus entre os anos 1920 e 1930. A partir das narrativas publicadas em suas páginas principais, criou-se uma representação de Ilhéus como uma cidade rica e prospera, sem grandes problemas sociais. Dessa forma, os

⁶¹ Ver: CARVALHO, Philipe Murillo S. de. **Trabalhadores, associativismo...** Op. Cit. P. 156.

⁶² Idem. A partir de 1930 o cargo de prefeito passou a substituir o de Intendente.

⁶³ Com a Revolução de 1930 o Governo Provisório passou a nomear Interventores para cada estado e estes nomeavam prefeitos para governar os municípios. Ver: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil.** 7ª ed. Rio: Companhia das Letras, 2012. P. 50-51. (e-book). Em Ilhéus, Eusínio Gaston Lavigne liderou localmente a revolução e foi nomeado prefeito pelo Interventor da Bahia.

⁶⁴ CEDOC/UESC. **Diário da Tarde.** 28/06/1937, ano X, n. 2738, P. 1.

Apoio Financeiro:

setores subalternizados foram deixados de lado, sendo conseqüentemente silenciados e apagados da memória e história local.

A ficção amadiana também contribuiu com esse processo. Nos romances da saga do cacau apenas as representações da cidade como uma grande urbe, lugar da riqueza e progresso, cidade bela por natureza e glamurosa pelos novos melhoramentos urbanos, foram preservadas na memória social, eliminando das narrativas de Jorge Amado a sua crítica social e os sujeitos subalternizados.

Seus três primeiros romances referentes à saga do cacau foram escritos entre as décadas de 1930 e 1950, período em que Amado fazia parte do Partido Comunista, e compõem uma forma de interpretação do mundo baseada na teoria marxista-leninista, estabelecendo uma escrita militante e panfletária a serviço da conscientização da classe trabalhadora.⁶⁵ Enquanto o penúltimo, *Gabriela, Cravo e Canela*, faz parte de outro momento da vida do escritor, quando, já havendo se desvinculado do PC e rompido com o “sectarismo pregado pela cultura do partido”, “libertou” sua escrita para a afirmação da identidade do povo e sua terra através das suas manifestações culturais.⁶⁶

Em *Cacau*, romance proletário de cunho realista publicado em 1933, que “assinala a guinada à esquerda da obra amadiana”,⁶⁷ Jorge Amado relata pela voz do narrador José Cordeiro a vida dos trabalhadores, operários e “alugados”, e o regime de explorações a que são submetidos. Ilhéus aparece no romance como um dos pontos de migração para sergipanos que saem de suas terras em busca de melhores condições de vida, na esperança de enriquecerem através do trabalho na lavoura cacauzeira, pois “o cacau exercia sobre eles uma fascinação doentia”.⁶⁸ A cidade do Sul da Bahia é apresentada pelo narrador como a “terra do cacau e do dinheiro”⁶⁹, para onde se encaminha o protagonista da narrativa.

Não há muitas descrições da área urbana de Ilhéus neste romance, porém, podemos notar que o ficcionista buscou aproximar as suas narrativas, da realidade. Aproximação essa que vai desde as notícias sobre a riqueza da cidade em outras regiões, até a própria configuração urbana,

⁶⁵ Ver: DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado: romance em tempo de utopia**. Natal: UFRN. Editora Universitária, 1995.

⁶⁶ Ver: SÁ, Alzira Q. G. T. de. GABRIELA, CRAVO E CANELA: POSSÍVEIS LEITURAS ENTRE OS JARDINS DO MUSEU RODIN. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, v. 4, Número Especial, p. 142-161, 2014. Disponível em <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>. Acesso em 22 de ago. 2018.

⁶⁷ DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado...** Op. Cit. P. 56.

⁶⁸ AMADO, Jorge. **Cacau**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010. P. 14. Livro Virtual. Disponível em http://lelivros.love/book/baixar-livro-cacau-jorge-amado-em-pdf-epub-e-mobi/#tab-additional_information.

Acesso em 13 de jul. 2018.

⁶⁹ Idem. P. 17.

Apoio Financeiro:

com seus prédios, jardins, luzes, locais de lazer e arrabaldes, constituindo o realismo literário do autor.

O romance *Terras do Sem-Fim* (1943) marca um longo processo de amadurecimento da escrita do literato.⁷⁰ Nele, Amado incorpora o “modelo romanesco” e a “representação histórica”, a fim de atrair os leitores através de uma forma já popularizada, ao mesmo tempo em que interpreta o processo histórico da formação da zona do cacau no início do século XX por meio da concepção etapista do desenvolvimento econômico nacional.⁷¹

Na trama, Ilhéus aparece como uma cidade pequena e tradicional do interior, mas com possibilidades imensas de crescimento decorrente da economia cacauzeira, como vemos na fala do personagem Maneca Dantas, para o Capitão João Magalhães: “Seu Capitão, eu lhe digo: dentro de vinte anos Ilhéus é uma grande cidade, uma capital e todos esses povoados de hoje vão ser cidades enormes. Cacau é ouro, seu Capitão.”⁷²

Para os personagens advindos da Bahia (Salvador), ou de outras grandes urbes brasileiras, Ilhéus era um local inculto e acanhado. Um exemplo é Ester que assim descreve a Cidade: “Uma cidade pequena, que apenas começava a crescer, de aventureiros e lavradores, onde só se falava em cacau e morte.”⁷³ Para a personagem, tratava-se de um aspecto bárbaro e violento, uma terra comandada pela “lei da bala”, sem atrativos ou lazer para as famílias locais, principalmente para as mulheres e crianças.

Ao mesmo tempo em que narra o desenvolvimento da região cacauzeira, o romancista descreve, à sua maneira, o processo de crescimento e de modernização da cidade através de alguns equipamentos. Exemplos são o porto, a ferrovia, a edificação do Convento das Ursulinas no morro da Conquista, os planos para a construção da estrada de rodagem entre Ilhéus e Itabuna, a abertura de novos bairros, avenidas e praças, a criação de novas posturas municipais, além da existência dos cabarés, apresentados como indicativos do crescimento econômico do município. Tudo isso concorrendo para o progresso e a civilização da urbe, embora ainda fosse

⁷⁰ DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado...** Op. Cit. P. 171

⁷¹ Idem. P. 150. O etapismo foi uma análise materialista do processo político e econômico brasileiro formulado pelo Partido Comunista na década de 1920, e entendia que o Brasil, por ser um país “essencialmente agrícola”, estava sujeito a uma estrutura de poder “semifeudal” no plano local, enquanto no plano internacional o país era submetido ao imperialismo das grandes nações. Desse modo, era necessário que houvesse uma aliança entre os comunistas e a pequena burguesia comercial e industrial para alcançar a etapa da democracia burguesa e posteriormente “encaminhar a revolução socialista”. Idem. P. 29.

⁷² AMADO, Jorge. **Terras do Sem Fim**. Rio de Janeiro: Record, 2001. P. 15. Livro Virtual. Disponível em <http://lelivros.love/book/baixar-livro-terras-do-sem-fim-jorge-amado-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>.

Acesso em 06 mai. 2019.

⁷³ Idem. P. 26.

Apoio Financeiro:

comum observar em suas ruas o descumprimento das leis, registro de assassinatos bárbaros e “barulhos” de jagunços.

O escritor também aponta a expansão territorial e o crescimento populacional da zona urbana:

Ilhéus nascera sobre ilhas, o corpo maior da cidade numa ponta de terra, apertado entre dois morros. Ilhéus subira por esses morros - o do Unhão e o da Conquista - e invadira também as ilhas vizinhas. Numa delas ficava o arrabalde de Pontal onde a gente rica da cidade tinha suas casas de veraneio. A população crescia assustadoramente desde que a lavoura do cacau se estendera.⁷⁴

Em seguida, comenta com admiração os aspectos naturais da cidade como mais um elemento que constitui a sua beleza: “a cidade ficava entre o rio e o mar, praias belíssimas, os coqueiros nascendo ao largo de todo o areal. Um poeta que certa vez passara por Ilhéus e dera uma conferência, a chamara de “cidade das palmeiras ao vento”, numa imagem que os jornais locais repetiam de quando em vez.”⁷⁵

A Ilhéus de *Terras do Sem-Fim* faz parte de um contexto de transição, situando-se entre o passado e o presente da região, tendo o Sinhô Badaró como representante da antiga aristocracia que dominavam a política local enquanto o Coronel Horácio representa o desbravador da mata atlântica que construiu sua riqueza com suas próprias mãos, simbolizando a nova ordem oligárquica que comandaria o progresso da zona do cacau.⁷⁶ Para Duarte, essa mudança de domínio político representa a transição entre a primeira república e o golpe de 1930, marcando assim o fim de uma etapa econômica brasileira arcaica para uma mais “moderna”. Em suas palavras:

Os Badarós encarnam o coronelismo decadente e sua luta anuncia a cisão das elites rurais que põe fim à República Velha. É possível ver, na família de Sinhô, a tipicidade que faz dela símbolo do mandonismo em crise e da falência da “aristocracia rural” derrotada nas urnas, na política e nas finanças.

O realismo do romance se acentua ao vincular a derrocada final de Sinhô à intervenção federal na Bahia, que lhe cassa o poder municipal, e à debilidade financeira do coronel, provocada pelos altos investimentos empregados no conflito. No primeiro aspecto, o livro expõe os métodos do mandonismo vigente na República Velha: as eleições são fraudadas, o judiciário é subserviente e até jagunço vira delegado de polícia. (...).⁷⁷

Em contrapartida, Ribeiro afirma que Jorge Amado interpretou ao seu modo, através da ficção, os eventos reais das lutas pela mata do Sequeiro do Espinho: conflito sangrento entre os

⁷⁴ Idem. P. 105.

⁷⁵ Idem. P. 106.

⁷⁶ RIBEIRO, André L. R. **Urbanização, poder...** Op. Cit.

⁷⁷ DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado...** Op. Cit. P. 183. (Grifo nosso)

Apoio Financeiro:

grupos antagônicos chefiados pelos coronéis Francisco Fernandes Badaró Sobrinho (Sinhô) e Basílio de Oliveira (Horácio) entre 1917 e 1918.

A memória do conflito do Sequeiro foi construída tanto pela imprensa quanto pela oralidade, mediante o depoimento das testemunhas que a vivenciaram. Os jornais locais, ao sabor da coloração partidária, cobrem em suas edições os acontecimentos mais violentos, formando uma espécie de diário da luta, com pormenores das mortes, invasões e incêndios povoando o imaginário popular com as notícias trágicas. A narrativa literária apropriou-se da tensão gerada pela disputa política entre famílias de grandes proprietários e criou a sua versão sobre um dos episódios mais sangrentos da fase de consolidação da lavoura do cacau.⁷⁸

Ou seja, ao contrário de Duarte, André Ribeiro entende que os eventos narrados em *Terras do Sem-Fim* estão mais ligados ao contexto da política local, pois realmente houve um conflito pelas matas, alguns personagens são inspirados em pessoas reais que estavam diretamente envolvidos na disputa e o governo federal fez intervenções na região, enviando o encouraçado Deodoro, que ficou ancorado no porto de Ilhéus como garantia da ordem. Além do mais, a mudança do poder político narrado no romance, marcando a decadência das antigas aristocracias rurais no mandonismo local, faz parte da “tradição narrativa” criada após a facção política comandada pelo Coronel Antônio Pessoa alcançar a chefia do poder executivo da cidade em 1912.⁷⁹

Em *São Jorge dos Ilhéus* (1944), história que se passa 30 anos após os acontecimentos de *Terras do Sem-Fim*, a narrativa assume novamente o modelo de construção folhetinesca, marcante em *Cacau*. Afastando-se da forma romanesca da publicação anterior. No romance, Jorge Amado dá preferência a um modelo textual documental, a fim de “contar a história não-oficial, [e] propagar a utopia” do Partido Comunista.⁸⁰

A narrativa dá continuidade à saga do desenvolvimento econômico da região proporcionado pelo cacau e nela a Cidade é distanciada do passado tanto temporal quanto materialmente. Ela sofreu múltiplas modificações em sua fisionomia, os hábitos “bárbaros” de outrora não mais faziam parte de seu cotidiano, ocorrendo raramente e em geral os habitantes e os costumes de Ilhéus também mudaram. A cidade se tornou a “Rainha do Sul”, devido ao seu notável crescimento econômico baseada nos “frutos de ouro”.⁸¹ O núcleo urbano ainda era pequeno comparado às capitais, porém, a diversidade de sujeitos circulando pelas ruas assim como o número de habitantes cresceu, acompanhando o movimento comercial.

⁷⁸ RIBEIRO, André L. R. **Urbanização, poder...** Op. Cit. P. 130-131.

⁷⁹ RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Memória e identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na Região Cacauera (1880-1950)**. Ilhéus, Ba : Editus, 2005. P. 40-41.

⁸⁰ DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado...** Op. Cit. P. 188-189.

⁸¹ AMADO, Jorge. **São Jorge dos Ilhéus**. São Paulo: Livraria Martins, 1944. P. 332. Livro Virtual. Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/1UBS-fUaPENxJeCuY_S5nom1B60_Zy5Cu. Acesso em 20 jun. 2019.

No romance é dito que o dinheiro corria fácil para os coronéis, os exportadores, os comerciantes e os profissionais liberais, que construíam palacetes nas áreas mais nobres, locais de destacada beleza e beneficiados com pelos serviços públicos de iluminação e saneamento.

Os 150 mil habitantes do município tinham uma elevada proporção de homens ricos em relação aos demais municípios do interior. A cidade era bonita, cheia de jardins abertos em flores, de boas casas onde residiam as famílias dos coronéis. Tôda a parte junto ao oceano era residencial, cortada de avenidas largas, uma das quais acompanhava a curva do mar numa imitação da praia de Copacabana, do Rio de Janeiro. Ali se elevavam os palacetes dos coronéis mais ricos, sobrados faustosos e mobiliados com luxo (...) ⁸²

Os coronéis esbanjavam dinheiro, construindo ou comprando imóveis luxuosos, aplicando dinheiro no jogo e nos cabarés, importando objetos e automóveis; enquanto a municipalidade realizava vários melhoramentos: saneamento de novos bairros, abertura de ruas e avenidas, construção e ajardinamento de praças, edificação de uma nova catedral, planejamento de um porto marítimo. Tudo isso em decorrência da renda da exportação do cacau que estava com preços elevados no mercado internacional.

A publicação de *Gabriela, cravo e canela*, 14 anos após o último romance sobre as terras do cacau, marca a mudança do “paradigma da luta de classes” ⁸³ que conduzia a escrita de Jorge Amado, para uma forma mais livre da narração dos costumes burgueses, mas ainda assim afinado com a crítica social e dos mecanismos políticos da região cacaeira. ⁸⁴ O romance guarda grandes relações com o seu contexto de escrita (tempo da narração), e o próprio escritor admitiu isso. ⁸⁵ A febre nacionalista do desenvolvimentismo dos anos 1950 pode ser claramente percebida ao longo da trama, através dos combates entre a modernidade (representada por Mundinho Falcão, os novos costumes e os vários elementos que concorrem para o progresso do município, como as estradas de rodagem, os melhoramentos do porto, as novas construções públicas e privadas, a vida noturna da cidade, os novos ambientes de lazer, entre outros) e o tradicionalismo (representado pelo Coronel Ramiro Bastos, o mandonismo dos chefes políticos, os costumes antigos e violentos e a resistência às inovações recém implantadas no meio urbano).

Jorge Amado situa temporalmente o início da sua narração no ano de 1925, período posterior à luta pela mata do Sequeiro Grande, no momento em que a cidade passava por transformações urbanas decorrentes da alta na economia cacaeira. Ilhéus é descrita como o

⁸² Idem. P. 56-57.

⁸³ RIBEIRO, André L. R. **Urbanização, poder...** Op. Cit. P. 127-128.

⁸⁴ Ver: SÁ, Alzira Q. G. T. de. **GABRIELA, CRAVO E CANELA...** Op. Cit. P. 146.

⁸⁵ Ver: RAILLARD, 1990. P. 272 apud SÁ, Alzira Q. G. T. de. **GABRIELA, CRAVO E CANELA...** Op. Cit. P. 147.

centro urbano da região sul baiana e intitulada como “Rainha do Sul” e “Capital do Cacau”, o destino de artistas, conferencistas, empresários, prostitutas e retirantes que fugiam da seca do nordeste:

Naquele tempo, no rastro do cacau dando dinheiro, chegavam à cidade de alastrada fama, diariamente, pelos caminhos do mar, do rio e da terra, nos navios, nas barcaças e lanchas, nas canoas, no lombo dos burros, a pé abrindo picadas, centenas e centenas de nacionais e estrangeiros oriundos de toda parte: de Sergipe e do Ceará, de Alagoas e da Bahia, do Recife e do Rio, da Síria e da Itália, do Líbano e de Portugal, da Espanha e de *ghettos* variados.⁸⁶

Havia ainda muita expectativa de crescimento para a cidade e pode ser constatado na fala do personagem Pelópidas Ávila, o Doutor: “É como eu lhes digo: nuns quantos anos, um lustro talvez, Ilhéus será uma verdadeira capital. Maior que Aracaju, Natal, Maceió... Não existe hoje, no norte do país, cidade de progresso mais rápido. Ainda há dias li num jornal do Rio...”.⁸⁷

Leituras a Contrapelo e Memórias Silenciadas

Os jornais *O Commercio*, *Correio de Ilhéus* e *Diário da Tarde* também apresentavam notícias que revelavam os contrastes sociais existentes na cidade, porém, relegados a pequenas notas ou registros de reclamação. Não houve uma configuração narrativa por parte da imprensa escrita a fim de criar uma representação sobre a cidade que levasse em consideração aspectos como: a prostituição, a pobreza, a infância abandonada, a violência, a falta de condições sanitárias nos arrabaldes, entre outros elementos. Privilegiaram uma representação positiva, constituída apenas pelas imagens de progresso, beleza e modernidade da urbana.

Jorge Amado também apresenta e discute em seus romances as ambiguidades vivenciadas na cidade. Certamente a narração das inovações urbanas, das belezas arquitetônicas e naturais da “Rainha do Sul”, das riquezas e poder dos coronéis ocupa uma grande parte do enredo e chama muita atenção, porém, a “gente do povo” não é esquecida, enriquecendo ainda mais a narrativa sobre a terra do cacau e sobre a cidade de Ilhéus. O escritor faz uma longa descrição das condições de pobreza dos trabalhadores urbanos e rurais, suas moradias, das ruas periféricas e arrabaldes da cidade, porém, o que mais teve força e consolidou-se no imaginário popular foi a imagem da “Princesa do Sul” como terra da riqueza e do progresso.

⁸⁶ Idem. P. 22.

⁸⁷ AMADO, Jorge. **Gabriela, Cravo e Canela**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. P. 15. Livro Virtual. Disponível em <https://docero.com.br/doc/c0cs>. Acesso em 18 set. 2019.

Apoio Financeiro:

Contudo, difundiu-se uma memória social que preservou apenas as representações positivas a respeito da cidade, excluindo os sujeitos subalternizados e os bairros onde habitavam. Assim, foram propagadas imagens de uma cidade próspera, sem desigualdades sociais, sem violências e urbanizada, onde todos os cidadãos tivessem os direitos básicos garantidos. Essa situação fez com que, por muito tempo, homens, mulheres e espaços urbanos, que não estavam diretamente ligados à elite local, fossem apagados da história de Ilhéus.

É dessa forma que devemos tomar a história como algo inacabado e lembrar o passado da cidade e dos sujeitos subalternizados, a fim de redimi-los e reparar as injustiças pelas quais passaram.⁸⁸ Para isso, faremos a leitura a contrapelo dos jornais e dos romances que viemos utilizando nesta pesquisa, a fim de encontrar fragmentos das vozes silenciadas dos oprimidos para que assim possamos contar uma outra história “que traga à memória a tradição (...) dos vencidos.”⁸⁹ São estes vestígios que nos proporcionam um “despertar” das representações que fazemos sobre o passado da cidade e cabe a nós, como historiadores, resgatar esses testemunhos do esquecimento e colocá-los em destaque, despertando “no passado as centelhas da esperança”, sabendo “que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer.”⁹⁰

Esse método nos oportunizou, “através do cruzamento de imagens contrárias, obter a revelação da coerência de sentido de uma época”⁹¹, permitindo colocar frente a frente representações e imagens contrastantes da cidade, sejam aquelas construídas pelas elites e pelo poder público ou as das classes populares e dos subalternizados.

Nos jornais que circularam em Ilhéus nas décadas de 1920 e 1930, notas e reclamações relacionadas à violência, prostituição, carestia, insalubridade nos bairros populares, entre outros, são frequentes. Esses fragmentos nos permitem perceber uma outra realidade daquela cidade que era considerada a “Princesa do Sul”, sinônimo de progresso e modernidade, e é nessa “cidade real”⁹² que alcançamos os resquícios das memórias que foram silenciadas e apagadas.

O periódico *O Commercio*, em uma publicação do dia 20 de março de 1922, comenta sobre a violência policial contra “um pobre rapaz, filho de Barcellos, que para aqui emigrou

⁸⁸ Ver: BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História... Op. Cit.; LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boi Tempo, 2005. P. 50.

⁸⁹ PERIUS, Oneide. Walter Benjamin: considerações sobre o conceito de história. **Tempo da Ciência** (16) 32: 123-135 2º semestre 2009. P. 130.

⁹⁰ BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História... Op. Cit. P. 224-225.

⁹¹ PESAVENTO, Sandra. **O Imaginário da Cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002. P. 19.

⁹² Ver: PECHMAN, Robert M. (Org.) **Olhares Sobre a Cidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. P. 2. O autor afirma que em uma cidade existem várias cidades, que podem ser compreendidas de diferentes formas.

depois de lá em sua terra ter perdido os últimos parentes”⁹³, chamado Juvenal Jorge dos Passos. Segundo os redatores, o jovem “naturalmente ingênuo e sem costume de viagem em cidades movimentadas”⁹⁴ que foi para Ilhéus em busca de emprego, um certo dia “teve uma necessidade physiologica (sic.) e ao satisfaze-la foi preso correccionalmente.”⁹⁵ Ele passou seis dias na prisão municipal, onde, segundo afirmou ao redator, sofreu vários vexames, inclusive espancamentos à facção pelos praças que estavam de serviço, deixando suas costas marcadas.

Os migrantes advindos dos estados nordestinos onde ocorriam secas frequentes eram associados “à pobreza e à miséria, atributos vistos de modo pejorativo pela sociedade da época.”⁹⁶ Geralmente vinham à procura de melhores condições de vida e um emprego que lhes proporcionassem um acúmulo de rendas para talvez um dia retornarem aos seus estados de origem, porém, muitas vezes esses sujeitos acabavam por entrar na mendicância ou na criminalidade a fim de garantir a sua sobrevivência.⁹⁷ Em todo caso, a maioria dos que chegavam a Ilhéus sem nenhuma fonte de rendas, ou os que aqui já viviam, quando não moravam nas ruas ou galpões abandonados, habitavam os bairros suburbanos considerados “mal afamados”.⁹⁸

Jorge Amado, no romance *Cacau*, representa essa situação através de seu personagem narrador João Cordeiro, quando, num primeiro momento, a viagem e a chegada à Ilhéus são marcadas pela esperança em partir para uma terra com mais oportunidades. Porém, após alguns dias vivendo na cidade, esse sentimento é substituído pela fome, desespero e ódio.

Logo ao desembarcar no porto, o protagonista é informado por um carregador que deve procurar pensão na Ilha das Cobras, “aglomerado de ruelas que se escondia no fim da cidade pequena e movimentada”⁹⁹, deixando claro que é aí para onde vão os migrantes que chegam à terra do cacau em busca de trabalho. As diferenças nas espacialidades urbanas e a desigualdade social podem ser percebidas através da experiência vivenciada pelo narrador em seus momentos mais desesperadores enquanto estava na cidade, como quando, na noite iluminada pelas lâmpadas elétricas do centro, parado em frente à padaria, sentindo fome, ele fica tentado a roubar pães e delira:

⁹³ CEDOC/UDESC. *O Commercio*. 20/03/1922, ano VI, nº 1132. P. 2.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ CARVALHO, Philipe M. S. de. *Trabalhadores, Associativismo...* Op. Cit. P. 37.

⁹⁷ Ver: CARVALHO, Philipe M. S. de. *Trabalhadores, Associativismo...* Op. Cit.; FREITAS, Antônio F. G. de; PARAÍSO, Maria H. B. *Caminhos ao Encontro do Mundo: A Capitania, os Frutos de Ouro e a Princesa do Sul – Ilhéus 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001.

⁹⁸ Idem. Idem.

⁹⁹ AMADO, Jorge. *Cacau...* Op. Cit. P. 18.

Apoio Financeiro:

Pensei em Jesus multiplicando os pães, mas logo depois não via mais Jesus. Via a fome. A fome com os cabelos de Jesus e os seus olhos suaves. A fome multiplicava os pães, enchia a pastelaria toda, deixando um canto apenas para o empregado. Após multiplicar, dividia. A fome tinha agora um manto de juiz e a mesma expressão terna de Jesus. E dava os pães todos aos ricos, que entravam em procissão com notas de cem mil-réis nos dedos com anéis e mostrava um grande pedaço de língua aos pobres, que na porta estendiam os braços secos. Mas os pobres invadiam a “X do Problema”, derrubavam a imagem da fome e levavam os pães.¹⁰⁰

Para esquecer a fome e não pensar em furtar para comer, o protagonista “roda” por todas as ruas da cidade, evidenciando o pequeno tamanho da urbe em comparação à sua grandeza econômica. O último lugar em que parou foi em frente ao prédio da intendência, onde encontrou um guarda-civil admirando o jardim da praça. Os dois iniciam um diálogo e saem caminhando até o porto:

Uma merda, uma porcaria essa vida. Às vezes eles, os ricos, me dizem: Por que você faz tanto filho, Roberto? Ora porquê... Que havia a gente de fazer senão filhos? A gente não vai a cinema, não vai a divertimento algum... Apontava o morro da Conquista:

– Moro lá em cima, camarada. Há pouca comida e muita boca. Mas num dia de fome sempre se encontra o que comer.

Chegamos ao porto. Um prédio enorme dormia, pesado na noite. Roberto explicou:

– Um sobrado do Coronel Manuel Misael de Sousa Teles. Ricaço daqui. Embaixo é o Banco dele. Tem dinheiro...¹⁰¹

Esses são lugares da cidade por onde o narrador passa antes de ir para o trabalho na fazenda do Coronel Manuel Teles: o porto, a Ilha das cobras, o Centro e a Conquista. A Ilha das Cobras e a Conquista constituem os arrabaldes onde habita a classe trabalhadora e os pobres da cidade, o centro é o *locus* da riqueza e o porto é o ponto de encontro entre as diferentes classes sociais, mas nem por isso deixa de ser um território hierarquizado.

Ainda no ano de 1922, *O Commercio* publica uma outra nota, agora referente aos “Barracões condenados na rua do Gamelleiro”¹⁰² e reclama uma providência à municipalidade. De acordo com o fragmento, “estão construindo na rua do Gamelleiro, dentro do pântano ali existente, barracões de madeiras, pocilgas imundas condenadas, com o fim de aluga-los aos pobres”¹⁰³ e na sequência afirma que alguns desses casebres de “tabiques” já estavam habitados, sendo um atentado à higiene pública. O redator da nota pede que “os charcos do Gamelleiro e imediações” desapareçam, para o bem da saúde pública, pois “eles constituem o maior perigo para as populações circunvizinhas pelos enormes focos de mosquitos e muriçocas ali

¹⁰⁰ Idem, P. 19

¹⁰¹ Idem, P. 20 (Grifo nosso).

¹⁰² CEDOC/UESC. *O Commercio*. 08/05/1922, ano VI, nº 1553. P. 2.

¹⁰³ Idem.

Apoio Financeiro:

desenvolvidos e tão prejudiciais como transmissores de terríveis enfermidades”¹⁰⁴, apelando uma solução para a intendência.

A rua do Gamelleiro, mais conhecida como Ilha das cobras¹⁰⁵, era o local de habitação de uma parcela da população subalternizada da cidade e ficava próxima ao perímetro central da urbe, onde morava a maior parte da burguesia cacauera. Para os redatores dos jornais esse espaço subalterno constituía um “risco” para as “boas famílias” da cidade, seja sanitário, moral ou estético. Sua proximidade, incômoda aos olhos da elite, também era sentida através do medo das transmissões de doenças provenientes da insalubridade do local e da ideia de que seria aí o *locus* da violência em Ilhéus. Era necessário então reprimir os hábitos perigosos das classes subalternizadas que viviam nesse espaço.¹⁰⁶

Em *São Jorge dos Ilhéus*, Jorge Amado apresenta a Ilha das Cobras como “a zona mais baixa de toda a cidade, a mais pobre também”¹⁰⁷ e durante os temporais sofria com os alagamentos, pois a municipalidade havia “derrubado uma parte do morro próximo para rasgar as ruas novas do moderno bairro junto à estrada de ferro” fazendo com que o local ficasse “sem nenhuma defesa” contra as chuvas.¹⁰⁸

Diziam os habitantes que, na estação das chuvas, o bairro ficava totalmente isolado da cidade. Daí o nome de Ilha que lhe haviam dado. Não só ficava cercado de água, como ficava inundado, a água por dentro das casas, ilha e lago ao mesmo tempo. Toda a água que corria pela cidade terminava por vir dar ali, por inundar a Ilha das Cobras. E trazia no arrastão, o barro vermelho que sobrara do morro posto abaixo, as ruas tortuosas viravam um lamaçal visgoso (sic.), terrível de atravessar. Uns poucos postes iluminavam essa orgia de vermelho sujo, colorido estranho que muitos habitantes da cidade limpa não sabiam sequer que existia. Uma que outra lâmpada elétrica brilhava no interior de algumas cabanas. Na maioria, porém bruxuleava a luz vermelha dos candieiros, pondo mais sombra que claridade nos interiores. Aqui, na Ilha das Cobras, viviam os operários da estrada de rodagem, muitos ferroviários, alguns da fábrica de chocolate, carregadores do porto, estivadores das docas.¹⁰⁹

Em suma, era um local de construção dos “mocambos de palha, as paredes de barro batido, lugar onde os ilheenses nunca levavam os turistas que saltavam dos aviões no interesse de conhecer a civilização do cacau.”¹¹⁰

Outro bairro que era alvo frequente de reclamações e não recebia a atenção necessária da municipalidade, causando desconforto para a parcela mais rica da população ilheense, era o alto

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Ver: SOUB, José Nazal. **Minha Ilhéus**: fotografias do século XX e um pouco de nossa história. 3ª ed. Itabuna: Via Litterarum, 2013.

¹⁰⁶ CARVALHO, Philipe M. S. de. **Trabalhadores, Associativismo...** Op. Cit. P. 66.

¹⁰⁷ AMADO, Jorge. **São Jorge dos Ilhéus...** Op. Cit. P. 131.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Idem.

da Conquista. No dia 15 de janeiro de 1924 o *Correio de Ilhéus* publicou uma pequena nota, com um tom de denúncia, a respeito do incomodo causado nesse arrabalde por causa da instalação de “cocheiras ou estábulos” em umas de suas ruas. O autor da publicação alega que os moradores da localidade pedem uma providência ao Fiscal Geral do Município, afirmando que a solução mais rápida seria a proibição da instalação ou manutenção dessas estruturas no local. Para o redator, tal medida contribuiria tanto “para o trânsito dos moradores daquele subúrbio como [para] a saúde pública”¹¹¹. A nota termina julgando que “O fétido desprendido desses currais para cuja extinção estão sendo de há muito reclamados os cuidados dos poderes competentes, tem sido insuportável. Urge, pois uma providência.”¹¹²

A partir dessas notícias podemos perceber no mínimo três problemas, a primeira é sobre a urbanização da cidade e o tom antiprogressista da simples existência de currais, estábulos e barracos na urbe. Na década de 1920 era frequente o discurso em favor da higienização e embelezamento promovidos pelo poder público no centro da cidade. Ao mesmo tempo que se buscava o afastamento de uma memória vinculada ao passado considerado decadente, era necessário manter em Ilhéus a aparência de uma cidade moderna e higiênica.

Porém, a Conquista, ao contrário do Gamelleiro, não era um bairro localizado na área central e, provavelmente, por essa razão construções como essas eram comuns nesse local. Temos então o segundo problema: o Alto da Conquista, assim como a rua do Gamelleiro (Ilha das Cobras), era um bairro popular. Essa constatação não é novidade para os moradores de Ilhéus, porém, devemos nos indagar os motivos que levaram os redatores do *Correio de Ilhéus* a publicar uma notícia que não estava diretamente relacionada com o centro da cidade, já que toda a política de progresso e embelezamento estava sendo voltada quase que exclusivamente para lá.

Com base nessa indagação chegamos ao terceiro problema, que também serve de resposta da anterior: o Alto da Conquista, e também o Gamelleiro, era habitado em sua maioria por trabalhadores urbanos, muitos dos quais provavelmente eram carroceiros e talvez por isso os “malcheirosos” estábulos ainda faziam parte da paisagem do arrabalde. É provável que a situação continuou a mesma no decorrer da década de 1920, já que o Art. nº 627 do Código de Posturas permitia que fossem instaladas cocheiras fora do perímetro central mediante algumas observações¹¹³. Também era estabelecido no parágrafo único do Art. nº 371 que “Fora do

¹¹¹ CEDOC/UESC. *Correio de Ilhéus*. 15/01/1924, Ano IV, nº 394. P. 2.

¹¹² Idem.

¹¹³ ESTADO DA BAHIA. *Código de Posturas do Município de Ilhéus*. Município de Ilhéus, 1925. P. 150-1.

perímetro urbano é permitida a criação de gado, mas em recintos fechados por cerca de madeira ou arame”.¹¹⁴

A partir dessas informações podemos refletir e supor que a denúncia publicada pelo Correio de Ilhéus era de interesse do periódico e dos grupos políticos locais, justamente pelo fato de carroceiros habitarem o logradouro.

O interesse dos agentes públicos era formular e justificar um discurso contra esses trabalhadores e suas carroças, consideradas “símbolos ligados ao atraso e a pobreza”.¹¹⁵ Entre os anos de 1924 e 1927 várias medidas foram tomadas pelo poder público municipal na tentativa de regular e vigiar as práticas desses trabalhadores no centro da cidade, chegando ao ponto de impor uma série de medidas que visavam dificultar, ou até mesmo eliminar, a utilização das carroças como o principal meio de transporte da urbe.¹¹⁶ Para esse fim instituiu-se no Capítulo II código de posturas uma sequência de normas no intuito de disciplinar a condução das carroças e seus condutores, como na seção II, que diz respeito à circulação dos veículos, e a seção III, sobre a “estação dos veículos”; em relação aos condutores, o Art. 351º da Seção IV “dos condutores de veículo” estabelece que:

Ninguém poderá guiar veículo de espécie alguma sem o prévio pagamento da respectiva licença, e esta não será concedida senão após o exame do postulante perante a repartição municipal competente, que, além dos requisitos de robustez psíquica, lhe exigirá:

- 1º Prova de maior idade.
- 2º Prova prática que fala o português.
- 3º Folha corrida da polícia (...)¹¹⁷

Nos artigos nº 354 e 355 podemos observar outras “obrigações estritas e especiais de qualquer condutor de veículos”, como “comunicar à intendência sempre que passar a conduzir outro veículo”, “não dormir no veículo, mesmo quando em descanso” e até mesmo diminuir qualquer barulho durante a noite, evitando incomodar o sossego público, além de “apresentarem-se vestidos com asseio de decência”.¹¹⁸

Além das imposições das posturas, a Câmara Municipal criou uma lei que concedia isenção de impostos para companhias ou particulares que adquirissem “auto-caminhões” até o

¹¹⁴ Idem. P. 85. Segundo o Art. 5º do Código de Posturas de Ilhéus (1924): “A zona urbana da cidade subdivide-se em *perímetro central* e *perímetro adjacente*”, sendo os bairros da Conquista, Vitória, Copacabana e Unhão pertencentes, de acordo com o Art. 7º, à área adjacente. Com a criação do Plano Diretor de 1933, a cidade foi zoneada, tornando a Conquista pertencente à zona residencial periférica. Ver: ILHÉUS. **Plano Director para a Remodelação e Expansão da Cidade de Ilhéus** – Relatório. Estabelecimento Dos Dois Mundos: 1933.

¹¹⁵ CARVALHO, Philipe M. S. de. **Trabalhadores, Associativismo...** Op. Cit. P.48.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ ESTADO DA BAHIA. **Código de Posturas do Município...** Op. Cit. P. 77.

¹¹⁸ Idem. P. 78-80.

ano de 1928¹¹⁹ e implantou na cidade o serviço de auto-ônibus, com o intuito de diminuir ou eliminar a dependência da população sobre as carroças. Tal medida foi amplamente divulgada no *Correio de Ilhéus* e deu início a uma campanha contra os carroceiros e a continuidade da circulação de veículos de tração animal pela cidade. O periódico estampava notícias frequentes com títulos que denotavam os avanços vivenciados, ao mesmo tempo em que anunciava o progresso que viria em breve, como em uma publicação feita no dia 30 de maio de 1925: “Progredimos! O lixo vai ser recolhido em auto-caminhão Ford”.¹²⁰ Também era comemorada a chegada e o aumento de automóveis na cidade: “Outro auto-caminhão na cidade: chegou ontem, o da limpeza pública”.¹²¹

O jornal ainda fazia propagandas em favor dos novos automóveis, desclassificando as carroças:

Sempre reputamos o transporte em auto-caminhões altamente lucrativo para quem o explorasse, apesar de, a primeira vista, parecer mais dispendioso que o feito em carroças, sendo engano de quem assim pensa.

Na prática, está-se vendo, como diz o sr. Mario Virolli, que o serviço em auto-caminhão traz menos aborrecimentos que o já referido, por isso que não tem as desvantagens da tração animal.¹²²

Além de incentivar a compra de “auto-caminhões” por capitalistas da cidade, buscava-se criar uma imagem negativa para as carroças e conseqüentemente para seus condutores, pois esses “aborrecimentos” muitas vezes estavam ligados aos comportamentos dos carroceiros frente as normas municipais e sua relativa liberdade em relação ao controle do poder público.

Ainda em relação às campanhas contra as carroças, o *Correio de Ilhéus* publicou uma nota do jornal *O Imparcial*, da capital do estado, que falava sobre as medidas tomadas pelas capitais brasileiras do norte a respeito dos veículos de tração animal: “Está se desenvolvendo nas capitais do norte do país uma (...) campanha contra o uso anacrônico das carroças, que tanto prejudicam o calçamento das ruas, como inutilizam, pelos maus tratos, os pobres animais que as conduzem”.¹²³ A solução apontada para o problema na capital foi conceder incentivos e isenções aos proprietários que quisessem explorar o serviço de auto-caminhões e, além disso, restringir as licenças das carroças.

Os “prejuízos” provocados pelas carroças nas ruas da cidade também são evocados quando se falava sobre a realidade de Ilhéus. A solução encontrada para o problema se

¹¹⁹ CEDOC/UESC. *Correio de Ilhéus*. 30/05/1925, Ano V, nº 601. P. 1.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Idem. 18/07/1925, Ano V, nº 622. P. 1

¹²² Idem.

¹²³ Idem. 26/01/1926, Ano VI, nº 704. P. 1.

Apoio Financeiro:

assemelha às medidas tomadas na capital: restringir as licenças das carroças através do aumento de seu valor.¹²⁴ Menos de um mês após a media, o *Correio de Ilhéus* tece comentários elogiosos ao governo municipal: “É uma das maiores e mais proveitosas iniciativas, que bem pode ser classificada de luminosa e necessária, esta de se protegerem as ruas, civilizando-se o meio, procurando substituir os antigos veículos puxados a burro, pelos automotores.”¹²⁵

O aumento do imposto sobre as licenças das carroças não ficou por isso mesmo, os carroceiros logo demonstraram seu descontentamento e sua resistência ao poder municipal, aumentando o preço das “carroçadas”.¹²⁶ Philippe de Carvalho analisa esse processo e os métodos adotados pelos carroceiros para resistir as imposições vinda de cima, assim como suas formas de luta pelo seu modo de viver. Para além disso, é necessário reconhecer aqui que haviam vários outros sujeitos, além dos coronéis e das famílias abastadas, na cidade; e que mesmo com a “visão de progresso” que se tinha, esses outros sujeitos continuaram presentes no cotidiano da urbe por mais tempo do que a burguesia cacauzeira desejava. Talvez isso se deva à questão do reduzido número de pessoas habilitadas a conduzir veículos automotores ou da falta de circulação dos auto-ônibus em bairros mais afastados.

Jorge Amado em *Gabriela, Cravo e Canela* descreve demonstra em uma parte de sua narrativa que as topas de burro continuavam a circular pela cidade, carregando os grãos de cacau para o porto, e que o cavalo ainda era um meio de transporte comum, mesmo que menos frequente:

As chuvas prolongadas haviam transformado estradas e ruas em lamaçais, diariamente revolvidos pelas patas das tropas de burros e dos cavalos de montaria. (...) Ainda as tropas de burros, conduzindo cacau para os armazéns dos exportadores, invadiam o centro comercial, misturando-se aos caminhões que começavam a fazer-lhes frente.¹²⁷

também encontramos denúncias a respeito de corridas de cavalos pelas ruas do centro da cidade, como uma notícia publicada pelo *Correio de Ilhéus* em 1925. Em seu texto, é apresentado que “alguns indivíduos” estariam apostando corridas pelas vias mais movimentadas da urbe, contrariando assim as posturas municipais, e solicita uma providência imediata das autoridades municipais.¹²⁸ A respeito disso, o Código de posturas em seu Art. nº 305 penalizava em 30\$000 os cavaleiros que transitassem pela cidade “sem suas cavalgaduras seladas e embricadas”, além disso, deviam andar “a trote, passo curto ou meia marcha, sendo

¹²⁴ Idem. 16/01/1926, Ano VI, nº 700. P. 1.

¹²⁵ Idem. 06/02/1926, Ano VI, nº 708. P. 1.

¹²⁶ CARVALHO, Philippe M. S. de. **Trabalhadores, Associativismo...** Op. Cit. P.48.

¹²⁷ AMADO, Jorge. **Gabriela, Cravo e Canela...** Op. Cit. P. 13.

¹²⁸ CEDOC/UESC. **Correio de Ilhéus**. 04/07/1925, Ano V, nº 616. P. 1.

Apoio Financeiro:

terminantemente proibidas as corridas ou disparadas”¹²⁹, e reforçava essa determinação no Art. nº 309, alínea a: “É terminantemente proibido: a) Correr a cavalo e conduzir animais em disparada pelas ruas e praças da cidade e das povoações do Município”.¹³⁰ As posturas também proibiam o “estacionamento de tropas ou animais soltos em qualquer lugar do perímetro urbano” que não tivessem sido determinados pela municipalidade sem licença previamente concedida.¹³¹

Em resumo, as carroças e os animais de carga não caíram no desuso assim que a cidade começou a apresentar um elevado progresso material, assim como a política que incentivava a compra de auto-caminhões não eliminou o serviço dos carroceiros. Pelo contrário, os veículos movidos a tração animal e as topas de burros ainda faziam parte do cotidiano da cidade em um período em que sua elite e seus governantes começam a forjar a nova identidade da “Princesinha do Sul”, que buscava justamente afastar a imagem do passado ligado ao atraso e maquiar a pobreza da população subalternizada.

Outro alvo frequente da repressão promovida pelo poder municipal eram as prostitutas, principalmente as das “ruas de canto”.¹³² Em 1924 *O Commercio* publica uma denúncia intitulada “A rua Araújo Pinho – Foco de Depravação”¹³³ em que reclama do “procedimento depravado das ‘horizontais’ que ali residem, as quais, sem o menor respeito às famílias, lançam impropérios e pornografias, em altas vozes, à noite, ou se apresentam pelas portas em trajas indecentes (...)”.¹³⁴ O redator pede que “o sr. Delegado do termo providencie pela moralidade daquela via pública, ordenando o rigoroso policiamento e ordens terminantes para que não seja interrompido o sossego público”¹³⁵, porém, ainda segundo a mesma nota, os próprios soldados de polícia participavam dos “berreiros” e da promiscuidade.

Os palavrões, as indecências, os vozerios nas casas duvidosas chegam nítidos aos ouvidos de quem passa, escandalizando, depondo dos nossos morigerados costumes. Indivíduos de baixa esfera, marinheiros e até mesmo policiais, sem respeito e sem decoro, embriagados, fazem com as decaídas berreiros e ‘fréges’, incomodando a vizinhança.¹³⁶

A rua em questão se situava na fronteira do centro urbano, onde ocorriam os processos de modernização e embelezamento, com a Ilha das Cobras (rua do Gamelleiro e rua 7 de

¹²⁹ ESTADO DA BAHIA. *Código de Posturas do Município...* Op. Cit. P. 68.

¹³⁰ Idem. P. 69.

¹³¹ Idem. P. 88.

¹³² Ruas de canto eram aquelas que ficavam nos limites do centro da cidade com bairros populares. Geralmente eram ruas que sofriam frequentemente campanhas moralizadoras.

¹³³ CEDOC/UESC. *O Commercio*. 12/09/1924, Ano VIII, nº 1489. P. 1.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Idem.

Apoio Financeiro:

Setembro). Porém, não era o local de moradia da maioria da população subalternizada, era sim um lugar onde existiam prostíbulos e bares, frequentados em sua maioria por sujeitos da classe trabalhadora, além de algum comércio pequeno. Em 1931 o proprietário de uma lavanderia existente nessa rua denuncia um roubo que ocorreu no seu estabelecimento: “um meliante conseguiu entrar no quintal [da lavanderia] (...), à rua Araújo Pinho, levando consigo algumas peças de roupas que ainda estavam literalmente encharcadas”.¹³⁷ Em suma, era uma rua “limite” por assim dizer, pois ficava entre os espaços subalternizados (Ilha das Cobras) e o centro urbanizado.

Em *Gabriela, Cravo e Canela*, Jorge Amado nos faz caminhar junto com Gabriela por algumas ruas da cidade, quando a protagonista da trama vai até o Cabaré Bate-Fundo entregar um recado ao jagunço Loirinho. Um dos locais por onde ela passou foi pelos “trilhos da estrada de ferro, [por onde se] chegava às casas pobres das ruas de canto. Mulheres-damas, de última classe, passavam por ela e a estranhavam.”¹³⁸ Amado descreve que o ambiente do local era barulhento, “com músicas de pandeiro e violão”¹³⁹, e “Da porta do Bate-Fundo, na rua pouco iluminada, saía um rumor de conversas, de gargalhadas e gritos.”¹⁴⁰

O autor ainda apresenta uma variedade de sujeitos presentes naquele espaço:

Um velho tocava violão, um rapazola batia pandeiro. Mulheres envelhecidas, demasiadamente pintadas, algumas bêbedas. Outras eram cabrochas de extrema juventude. Uma delas, de cabelos escorridos e face magra, não devia ter ainda quinze anos completos. (...) As mulheres, as velhas e as mocinhas, olhavam-na [Gabriela] com desconfiança. De onde vinha aquela concorrente, bonita e excitante? Outro homem também a chamava. O dono do bar, um mulato pernetado, andava para ela, a perna de pau fazendo um ruído seco ao pisar. Um tipo vestido de marinheiro, de um baiano talvez, passou o braço em torno à sua cintura (...).¹⁴¹

Ao que parece a reclamação da década de 1920 em relação ao “foco de depravação” da Rua Araújo Pinho não surtiu efeito algum, ou houve o relaxamento do poder público para com aquele lugar. Seja o que for, sabemos que em primeiro de abril de 1936 outra pequena nota relacionada à prostituição na rua Araújo Pinho foi publicada no *Diário da Tarde*, informando que na “porta do prédio n. 15 onde residem várias mundanas, uma das quais Theresa de tal, incorrera no desagrado de Balbina de tal conhecida pelo seu caráter belicoso.”¹⁴² A briga foi motivada por ciúmes, segundo o redator, mas o interessante é observar que quase 12 anos após

¹³⁷ Idem. *Diário da Tarde*. 27/07/1931, Ano IV, nº 1002. P. 2.

¹³⁸ AMADO, Jorge. *Gabriela, Cravo e Canela...* Op. Cit. P. 146.

¹³⁹ Idem. P. 147.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*. 01/03/1936, Ano IX, nº 2380. P. 1.

Apoio Financeiro:

as reclamações noticiadas pelo jornal *O Commercio*, a situação daquela rua não parece ter mudado tanto.

Da mesma forma, na década de 1930, os bairros habitados por sujeitos subalternizados parecem não ter recebidos os beneficiamentos que vinham acontecendo no centro da cidade desde os anos 1920. Em uma coluna do *Diário da Tarde* o então prefeito Eusínio Lavigne, desqualificando as gestões anteriores e acusando-as de incompetência no assunto de urbanizar a cidade por meio de um plano sistemático, escreve que o meio urbano de Ilhéus cresceu sem nenhuma ordem e por isso bairros como a Conquista são desordenados,

(...) a rua do Café obstruindo, nos dias de chuva torrencial, a rua Bento Berillo. A ‘Pimenta’, mal arranjada. A ‘Fonte da Cruz’, metendo-se por um charco. E tudo isso vem emperrar a execução de muitos serviços públicos, *com sacrifício da higiene em geral e com maior dispêndio dos dinheiros públicos (...)*¹⁴³

Contudo, os problemas não eram restritos à questão de um plano de ordenação desses bairros, serviços como iluminação pública também era algo raro nesses locais, sendo até normalizado sua ausência comparada com o centro da cidade, como podemos ver nas “Notas e Ecos” do *Diário da Tarde*: “Não é preciso dizer que os bairros mais afastados da ‘urbs’ carecem de iluminação. Mas é necessário acentuar que os nossos pontos mais centrais e mais movimentados, estão muitos deles, continuamente sob o regime da treva.”¹⁴⁴ Em 1936 a situação se repete e é publicado no jornal que

(...) a falta de luz nas ruas dos subúrbios. Aquilo, até, é já uma coisa habitual. Faltar luz no Gamelleiro, no Ceará, na Conquista, é, pode-se dizer, uma anormalidade normal, coisa de todo dia, aliás de toda noite. Agora, porém, que as trevas estão invadindo as ruas centrais da cidade, o fato merece um reparo mais forte.¹⁴⁵

Em resumo, à elite cacauzeira era permitida o “progresso”, enquanto a classe subalternizada era relegada à escuridão e insalubridade.

Situações como essas eram tidas como comuns para os “bairros afastados”. Quando um temporal atingiu Ilhéus em 1932, o jornal minimizou os danos provocados pela chuva nos arrabaldes, afirmando que “Toda a cidade sofreu as consequências do vendaval, e muitas casas foram invadidas pelas águas, notadamente as dos bairros mais afastados da cidade.”¹⁴⁶ Não deram maiores informações sobre o estado das moradias e de seus habitantes, demonstrando que esses sujeitos não tinham importância, ao menos para a redação do jornal.

¹⁴³ Idem. 01/07/1931, Ano IV, nº 981. P. 1.

¹⁴⁴ Idem. 17/07/1931, Ano IV, nº 994. P. 2.

¹⁴⁵ Idem. 20/04/1936, Ano IX, nº 2393. P. 4.

¹⁴⁶ Idem. 09/07/1932, Ano V, nº 1284. P. 1.

Apoio Financeiro:

O prefeito Eusínio Lavigne que prometeu concretizar o plano de urbanização da cidade baseado em um plano geral e sistemático em 1931, não cumpriu o que disse e em 1936 o bairro da Pimenta e a Conquista ainda sofriam com problemas relacionados ao saneamento e infraestrutura urbana. Segundo uma pequena nota do *Diário da Tarde*, “Os moradores na baixada da Pimenta, nas ruas situadas por detrás do Gamelleiro, apela para os poderes públicos no sentido de ser melhorada a situação daquela zona que parece ser a mais esquecida do grande bairro da cidade.”¹⁴⁷ No texto é informado que o serviço de abastecimento de água não chega até o local “embora a respectiva empresa já tenha prometido levar até lá o serviço”¹⁴⁸, há luz elétrica, porém só nas horas mais tardes da noite e as condições sanitárias não são das melhores, pois ocorre o acúmulo de “águas que ficam estagnadas, criando germens patogênicos.”¹⁴⁹ A Pimenta era também um bairro de habitações populares nesse período.

Considerações finais

Nas décadas de 1920 e 1930, Ilhéus, enriquecida com os “frutos de ouro”, foi comumente intitulada pelos jornais de “Princesa do Sul”. A economia cacauífera levou à cidade um surto de “modernização e progresso”, tendo seus intendentess e prefeitos investido no desenvolvimento urbano na parte central da urbe. Porém, a monocultura do cacau também gerou uma grande desigualdade socioeconômica no município, promovendo o processo de exclusão da população subalternizada na cidade.

Como pudemos ver na primeira parte dessa pesquisa, a imprensa local e os romances amadianos formularam narrativas que representaram Ilhéus como uma cidade próspera, bela, elegante, moderna, construída para e pela burguesia cacauífera. Essas representações contribuíram com a consolidação de uma memória social urbana que acabou por silenciar e levar ao esquecimento outras vivências e memórias de sujeitos subalternizados. Contudo, esse processo de silenciamento não foi pacífico e percebemos isso a partir da simples presença dos “indivíduos mal afamados” no espaço urbano ou pelas suas lutas em defesa do direito ao uso dos espaços públicos e em suas resistências diárias, de forma sutil ou violenta.

Os subalternos se fizeram presente no cotidiano da cidade, sendo noticiados como transgressores da ordem estabelecida na imprensa ou caracterizado como personagens secundários das narrativas de Jorge Amado. O que importa para nós é ressaltar que essas

¹⁴⁷ Idem. 06/04/1936, Ano IX, nº 2384. P. 1.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Idem.

Apoio Financeiro:

peessoas disputavam um lugar na história da cidade a qual pertenciam ou que adotaram como sua.

Com o que expusemos aqui, também podemos concluir que a história da cidade de Ilhéus é permeada de conflitos, disputas e negligências do poder público municipal para com os bairros do subúrbio e seus habitantes. Até nas narrativas ficcionais de Jorge Amado é possível vermos esses conflitos e a falta de interesse do governo municipal em relação aos subalternizados e seus locais de moradia. As memórias dos vários sujeitos e grupos que compuseram a cidade nesse período foram sendo silenciadas e apagadas da história local, prevalecendo assim uma memória social que tinha como base a vida e ações dos homens e mulheres da elite ilheense.

Através da leitura a contrapelo dos recortes de jornais e dos romances amadianos aqui analisados, podemos recompor parcialmente os escombros das memórias subalternas, conseguimos desconstruir uma narrativa dominante em relação à cidade e reconstruir outra, que leve em consideração a materialidade da vida dos silenciados. Em suma, reconhecemos a presença dos sujeitos subalternizados e a sua importância na construção de Ilhéus e sua história.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Celeste M. Pacheco de. Bahias de Amado: a ficção fundando uma outra geografia. In: FONSECA, Aleilton; PEREIRA, Rubens Alves (Orgs.). **Rotas & imagens: literatura e outras viagens**. Feira de Santana: UEFS, 2002.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História. In.: **Obras Escolhidas - Vol. 1**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CARVALHO, Philipe Murillo S. de. **Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia** (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934). Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 2002.

CHAVES, Flávio L. **História e Literatura**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1998.

CRUZ, Heloisa de F.; PEIXOTO, Maria do R. da C. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado: romance em tempo de utopia**. Natal: UFRN. Editora Universitária, 1995.

FREITAS, Antônio F. G. de; PARAÍSO, Maria H. B. **Caminhos ao Encontro do Mundo: A Capitania, os Frutos de Ouro e a Princesa do Sul – Ilhéus 1534-1940**. Ilhéus: Editus, 2001.

GOLDSTEIN, Ilana S. **O Brasil Best-Seller de Jorge Amado: Literatura e Identidade Nacional**. São Paulo: Editora Senac, 2003.

- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. Trad. Jefferson Luis Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª ed. Rio: Companhia das Letras, 2012.
- LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra J. (Org.) **Discurso Histórico e Narrativa Literária**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boi Tempo, 2005.
- MAHONY, Mary A. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauceira da Bahia. **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria** v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 737-793.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares**. Proj. História, São Paulo. (10), dez, 1993.
- PECHMAN, Robert M. (Org.) **Olhares Sobre a Cidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- PERIUS, Oneide. Walter Benjamin: considerações sobre o conceito de história. **Tempo da Ciência** (16) 32: 123-135 2º semestre 2009.
- PESAVENTO, Sandra J. Fronteiras da Ficção: Diálogos da História com a Literatura. **Revista História das Ideias**. Vol. 21. Faculdade de Letras, Coimbra, 2000.
- PESAVENTO, Sandra J. História & Literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria B.; MACHADO, Maria C. T. (Org.). **História e Literatura: identidade de fronteiras**. Uberlândia: EDUFU, 2006.
- PESAVENTO, Sandra. **O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris**, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5. n. 10, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- RAILLARD, Alice. **Conversando com Jorge Amado**. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- RIBEIRO, André L. R. **Família, Poder e Mito** o município de S. Jorge dos Ilhéus (1880-1912). Ilhéus, BA: Editus, 2001.
- RIBEIRO, André L. R. **Urbanização, poder e práticas relativas à morte no sul da Bahia, 1880-1950**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** (tomo I). Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1994.

SÁ, Alzira Q. G. T. de. GABRIELA, CRAVO E CANELA: POSSÍVEIS LEITURAS ENTRE OS JARDINS DO MUSEU RODIN. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, v. 4, Número Especial, p. 142-161, 2014. Disponível em <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>. Acesso em 22 de ago. 2018.

SOUB, José Nazal. **Minha Ilhéus**: fotografias do século XX e um pouco de nossa história. 3ª ed. Itabuna: Via Litterarum, 2013.

VEYNE, Paul M. **Como se Escreve a História** – Foucault Revoluciona a História. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Ed. 4. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

Fontes

Literatura e memória.

AMADO, Jorge. **Cacau**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010. Livro Virtual. Disponível em http://lelivros.love/book/baixar-livro-cacau-jorge-amado-em-pdf-epub-e-mobi/#tab-additional_information. Acesso em 13 de jul. 2018.

AMADO, Jorge. **Gabriela, Cravo e Canela**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Livro Virtual. Disponível em <https://docero.com.br/doc/c0cs>. Acesso em 18 set. 2019.

AMADO, Jorge. **O menino grapiúna**. Ilustrações de Floriano Teixeira. 22ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

AMADO, Jorge. **São Jorge dos Ilhéus**. São Paulo: Livraria Martins, 1944. Livro Virtual. Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/1UBS-fUaPENxJeCuY_S5nom1B60_Zy5Cu. Acesso em 20 jun. 2019.

AMADO, Jorge. **Terras do Sem Fim**. Rio de Janeiro: Record, 2001. Livro Virtual. Disponível em <http://lelivros.love/book/baixar-livro-terras-do-sem-fim-jorge-amado-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em 06 mai. 2019.

Legislação.

ESTADO DA BAHIA. **Código de Posturas do Município de Ilhéus**. Município de Ilhéus, 1925.

Fontes hemerográficas.

CEDOC/UESC. **O Commercio**. 24/03/1922, ano V, n. 1134.

_____. 08/05/1922, ano VI, nº 1553.

_____. 12/09/1924, Ano VIII, nº 1489.

CEDOC/UESC. **Correio de Ilhéus**. 15/01/1924, Ano IV, nº 394.

_____. 14/02/1925, ano V, n. 558.

_____. 14/05/1925, ano V, n. 594.

Apoio Financeiro:



_____. 30/05/1925, Ano V, nº 601.

_____. 18/07/1925, Ano V, nº 622.

_____. 16/01/1926, Ano VI, nº 700.

_____. 26/01/1926, Ano VI, nº 704.

_____. 06/02/1926, Ano VI, nº 708.

CEDOC/UESC. **Diário da Tarde**. 01/07/1931, Ano IV, nº 981.

_____. 17/07/1931, Ano IV, nº 994.

_____. 27/07/1931, Ano IV, nº 1002.

_____. 09/07/1932, Ano V, nº 1284.

_____. 01/03/1936, Ano IX, nº 2380.

_____. 06/04/1936, Ano IX, nº 2384.

_____. 20/04/1936, Ano IX, nº 2393.

_____. 28/06/1937, ano X, n. 2738.

Apoio Financeiro:



SECRETARIA DE CULTURA

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA | MINISTÉRIO DO TURISMO

